

CONV 619/03

CERCLE I 12

RELATÓRIO

de:	Secretariado
para:	Membros do "Círculo de Discussão" sobre o Tribunal de Justiça
Assunto:	Relatório da reunião de 3 de Março de 2003

1. Denominação do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância

- 1) O Círculo prosseguiu o debate sobre a eventual alteração das denominações das instâncias judiciais da União, tendo obtido consenso no sentido de se manter no Tratado a designação de "Tribunal de Justiça", embora não esquecendo que, de futuro, convirá dizer "Tribunal de Justiça da União Europeia" e não das "Comunidades Europeias". Além disso, no Círculo, confirmou-se uma orientação favorável no sentido de se optar pelo termo "tribunais especiais" em vez de "câmaras jurisdicionais".
- 2) Mais difícil se afigurou a procura de uma denominação mais adequada para o Tribunal de Primeira Instância, pois será necessário fazer uma destriça clara em todas as línguas entre ambos os Tribunais e exprimir a hierarquia entre eles. O Presidente concluiu sugerindo que se deveria continuar a estudar a questão com a ajuda dos Juristas-Linguistas das Instituições.

2. Análise do 4.º parágrafo do artigo 230.º do Tratado CE

- 3) O Presidente deu início ao debate fazendo referência ao documento de trabalho n.º 1 do Círculo e ao documento de trabalho anterior – n.º 21 – do Grupo de Trabalho II sobre a mesma matéria.
- 4) Vários membros do Círculo apoiaram tanto a opção "a", como a opção "b" do documento de trabalho n.º 1. Todavia, outros membros defenderam que tanto numa opção como noutra se

correria o risco de haver demasiada abertura no acesso directo ao Tribunal de Primeira Instância por parte dos particulares, alterando assim substancialmente o sistema descentralizado de protecção jurisdicional; certos membros, contudo, salientaram que o processo de reenvio (artigo 234.º do TCE) não garantiria uma protecção adequada nos casos em que estivesse em causa a validade dos próprios actos comunitários.

- 5) Neste contexto, certos membros argumentaram, nomeadamente, que a opção "a" daria azo, por exemplo, a que fosse concedido o direito de recurso a todos os agricultores directamente afectados por um regulamento (ou, futuramente, por uma lei) que crie uma organização comum de mercado. Quanto à opção "b", alguns membros defenderam que, em determinados casos, ela poderia ter como efeito limitar a admissibilidade relativamente à situação actual.
- 6) Quanto à opção "c", os adeptos das opções "a" ou "b" qualificaram-na quer como tendo um "mínimo" de abertura, quer como abrangendo unicamente uma situação muito específica, isto é, a situação em que o recorrente, actualmente, se vê obrigado a violar um acto comunitário para poder aceder a um juiz quando contesta uma sanção. Alguns membros, que se mostraram cépticos em relação às opções "a" ou "b", admitiram no entanto que se poderia resolver o problema referido na opção "c".
- 7) A proposta escrita, advogada por vários membros da Convenção, destinada a instaurar um recurso específico fundamentado numa pretensa violação dos direitos fundamentais, teve a oposição de uma série de intervenientes.
- 8) Por último, vários membros acolheram de forma positiva uma proposta no sentido de aligeirar o texto actual do 4.º parágrafo do artigo 230.º, substituindo "decisões" por "actos" e suprimindo a fórmula "embora tomadas sob a forma de regulamento ou de decisão dirigida a outra pessoa".

3. Análise da alínea d) do mandato no que respeita aos actos das agências ou dos organismos criados pela União

- 9) O Presidente evocou a possibilidade de aplicação do artigo 230.º do TCE para impugnar os actos não só das Instituições, mas também dos organismos e agências da União. Salientou

que, segundo a prática actual, os actos comunitários que criam essas agências contêm, em cada caso, as disposições que estabelecem a competência do Tribunal de Justiça em relação a eles. Sendo a maioria dos membros favorável, em princípio, a uma tal simplificação, decidiu-se que se poderia aprofundar a questão com base num documento de trabalho do Secretariado que descreva a prática actual.

4. Análise da alínea e) do mandato no que respeita ao mecanismo de sanções

- 10) O Presidente deu início a este ponto sugerindo que, no procedimento sancionatório previsto no artigo 228.º do TCE, poderiam ser suprimidas as etapas processuais prévias à "notificação" e ao "parecer fundamentado" e que, em relação a determinados casos como os de "não comunicação", se poderia mesmo conceder à Comissão o direito de, quando se lhe afigurasse oportuno, solicitar ao Tribunal de Justiça simultaneamente a constatação de um incumprimento e a condenação a uma sanção no mesmo procedimento.
- 11) O debate revelou que os membros estavam de um modo geral abertos à ideia de prever um procedimento acelerado no artigo 228.º do TCE, como evocado pelo Presidente. Outras ideias igualmente referidas, como a da introdução de prazos processuais obrigatórios ou a da criação de uma obrigação para a Comissão de dar início a processos por infracção, provocaram reacções mais reservadas.

5. Análise da possibilidade de alargamento do mandato do Círculo de Discussão

- 12) Neste ponto, o Presidente evocou a questão de saber se o Círculo deveria continuar a debruçar-se sobre a problemática de um eventual alargamento da competência do Tribunal de Justiça nos domínios da PESC e da Justiça e Assuntos Internos, reconhecendo embora que, em relação a este último, a questão já foi objecto de uma recomendação feita pelo Grupo de Trabalho sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Grupo X).
- 13) Após uma primeira troca de opiniões, decidiu-se que o projecto de relatório que o Presidente distribuirá aos membros não tratará desta problemática, mas que ela será abordada num documento de trabalho separado do Presidente, para que, na reunião de 17 de Março, os membros se possam exprimir com base nele sobre a forma mais adequada de agir.
